

■ 10.5. QUESTÕES

1. (OAB/SP/107.º) É competência privativa do Presidente da República, sem possibilidade de delegação:

- a) nomear os diretores do Banco Central;
- b) prover cargos públicos federais;
- c) conceder indulto;
- d) dispor sobre moeda e seus limites de emissão.

2. (Magistratura/SP/167.º) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência:⁴¹

- a) o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;
- b) o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do STF;
- c) o Presidente do STF, o do Senado e o da Câmara;
- d) o Presidente da Câmara, o do Senado e do STF.

3. (Oficial da Defensoria Pública do Estado de SP/FCC/2010) Em caso de vacância do cargo de Governador do Estado de São Paulo e diante do impedimento do vice-Governador, será chamado para governar o Presidente

- a) do Tribunal de Justiça.
- b) do Tribunal de Contas do Estado.
- c) da Assembleia Legislativa.
- d) da Câmara de Vereadores.
- e) do Congresso Nacional.

4. (MP/SP/81.º) O Procurador-Geral da República, nos crimes comuns, e o Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, nos crimes de responsabilidade, serão processados e julgados, respectivamente:

- a) pelo STF e pelo Tribunal de Justiça;
- b) pelo STF e pela Assembleia Legislativa do Estado;
- c) pelo STF e por um Tribunal Especial constituído por sete Deputados e sete Desembargadores, sorteados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que também o presidirá;
- d) pelo STJ e pelo Colégio de Procuradores de Justiça;
- e) pelo STJ e pelo Tribunal Especial antes referido.

5. (Nossa) Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são julgados:

- a) pelo Senado Federal em crime de responsabilidade e pelo TRF de Brasília por crime comum;
- b) sempre pelo STF;
- c) pelo STF em caso de crime comum e de responsabilidade, mas, no caso de crime de responsabilidade conexo com o praticado pelo Presidente da República, a competência será do Senado Federal;
- d) pelo STF em crime comum e pelo Senado Federal em crime de responsabilidade.

6. (Magistratura/173.º) Ao Superior Tribunal de Justiça compete julgar:

- a) os Governadores dos Estados, nos crimes de responsabilidade;
- b) os Desembargadores, nos crimes comuns e de responsabilidade;
- c) os membros dos Tribunais de Contas, apenas nos crimes comuns;
- d) os membros dos Ministérios Públicos que oficiem perante tribunais.

7. (MP/SP 2006) Assinale a alternativa correta. É competência privativa do Presidente da República:

- a) Nomear e exonerar Ministros de Estado *ad referendum* do Senado Federal.
- b) Sancionar, promulgar e fazer publicar leis e emendas constitucionais, bem como expedir documentos e regulamentos para sua fiel execução.
- c) Manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos, bem como celebrar tratados e convenções e atos internacionais desde que previamente aprovados pelo Congresso Nacional, com antecedência mínima de 30 dias.
- d) Conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, podendo delegar tal atribuição ao Procurador-Geral da República.
- e) Editar medidas provisórias com força de lei, podendo delegar tal atribuição a Ministro de Estado, observados os limites traçados na respectiva delegação.

8. (Procurador da Assembleia Legislativa de SP/FCC/2010) Com relação ao Poder Executivo, é competência privativa do Presidente da República, além de outras:

- a) manter relações com Estados estrangeiros mediante prévia análise dos seus representantes diplomáticos, competindo-lhe, em regra, investigar previamente suas origens e intenções com o fim de garantir a segurança nacional.
- b) remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias.
- c) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, independentemente do referendo do Congresso Nacional.
- d) exercer o comando supremo das Forças Armadas e, após aprovação pelo Senado Federal, promover e nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e os oficiais-generais para os cargos que lhes são privativos.
- e) nomear, após aprovação pela Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei.

9. (TJ/DF — 2007) Sobre os Conselhos da República e de Defesa Nacional, tal como disciplinados no texto da Constituição da República de 1988, é correto afirmar:

- a) O líder na minoria no Senado Federal participa do Conselho da República, mas não participa do Conselho de Defesa Nacional;
- b) Compete ao Conselho da República estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático;
- c) Compete ao Conselho de Defesa Nacional pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio;
- d) O Ministro do Planejamento não é membro nato do Conselho de Defesa Nacional.

10. (Acadepol — 2007-PR) São atribuições e responsabilidades do Presidente da República, EXCETO:

- a) declarar guerra no caso de agressão estrangeira, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional, se a situação for de urgência e comprometer a segurança nacional.
- b) iniciar o processo legislativo.
- c) nomear os comandantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e os Ministros do Tribunal de Contas da União.
- d) nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- e) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.

11. (TJ MG/EJEF 2008) Nos crimes eleitorais, o Prefeito Municipal será julgado pelo:

- a) Tribunal de Justiça.
- b) Tribunal Regional Federal.
- c) Tribunal Regional Eleitoral.
- d) Juiz Eleitoral.

12. (Notário SC/TJ SC/2008) Assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente e o Vice-Presidente da República não podem, sem prévia licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País, sob pena de perda do cargo.
- b) Conforme o Supremo Tribunal Federal, a sanção do Chefe do Poder Executivo afasta a inconstitucionalidade da lei por vício de iniciativa.
- c) Sempre que ocorrer a vacância dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente será convocada eleição para a escolha dos sucessores.
- d) O Presidente da República poderá editar medidas provisórias sobre qualquer matéria desde que atendidos os pressupostos da relevância e da urgência.
- e) Nos afastamentos do Presidente e do Vice-Presidente da República assume a Presidência da República o Presidente da Câmara dos Deputados.

13. (Notário SP/2008) Constituem requisitos para a nomeação ao cargo de Ministro de Estado:

- a) a nacionalidade brasileira e permanecer domiciliado no Brasil.
- b) a nacionalidade brasileira e ter idade superior a vinte e um anos.
- c) ter idade superior a vinte e um anos e permanecer domiciliado no Brasil.
- d) ser brasileiro nato e ter idade superior a vinte e um anos.

14. (Exame da OAB Unificado 2010.2 — FGV) Em relação aos Ministros de Estado, a Constituição do Brasil estabelece que:

- a) como delegatários do Presidente da República, podem, desde que autorizados, extinguir cargos públicos.
- b) podem expedir instruções para a execução de leis e editarem medidas provisórias.
- c) somente os brasileiros natos poderão exercer a função.
- d) respondem, qualquer que seja a infração cometida, perante o Superior Tribunal de Justiça.

15. (OAB-CESPE/UnB — 2008) No que concerne à disciplina constitucional relativa ao Poder Executivo, assinale a opção correta.

- a) Se, antes do segundo turno da votação, houver morte, desistência ou impedimento de candidato à chefia do Poder Executivo federal, deverá ser convocado, entre os remanescentes, o de maior votação.
- b) Será considerado eleito presidente da República, em primeiro turno, o candidato que obtiver a maioria absoluta de votos, computados os votos em branco e os nulos.
- c) Se, decorridos 10 dias da data fixada para a posse presidencial, o presidente ou o vice-presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, deverá ser convalidado, para assumir o cargo, o segundo mais votado no pleito eleitoral.
- d) Em caso de vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República ocorrida nos últimos dois anos do mandato presidencial, deverá ser realizada eleição direta após 90 dias contados da abertura da última vaga.

16. (Diplomata CESPE/UnB — 2009) O Conselho da República, previsto como órgão superior de consulta do Presidente da República, nos termos da Constituição Federal, cuida de relevantes assuntos da vida do Estado. Acerca da atuação desse Conselho, assinale a opção correta:

- a) O Ministro de Estado das Relações Exteriores dele participa como membro nato e, portanto, está dispensado de convocação para as reuniões.
- b) O Conselho da República decide, em última instância, sobre questões relevantes para a estabilidade e a continuidade das instituições democráticas.
- c) Algumas atribuições do Conselho da República são compartilhadas com o Conselho de Defesa Nacional, com o qual, no entanto, o primeiro não se confunde.
- d) O Conselho da República é composto por membros do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e da sociedade civil.
- e) Havendo composição plena, o Conselho da República atua de forma conjunta com o Conselho Nacional de Justiça.

17. (OAB 138 CESPE/UnB — 2009) No tocante à responsabilização do presidente da República, assinale a opção correta.

- a) Tratando-se de crime de responsabilidade, a decisão proferida pelo Senado Federal pode ser alterada pelo STF.
- b) São alternativas as sanções de perda do cargo de presidente e de inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública.
- c) Na CF, é assegurada ao presidente da República a prerrogativa de somente ser processado, seja por crime comum, seja por crime de responsabilidade, após o juízo de admissibilidade da Câmara dos Deputados.
- d) Compete ao STF processar e julgar originariamente o presidente da República nas infrações penais comuns e nas ações populares.

18. (Técnico Judiciário — Área Administrativa/TRE-BA/CESPE/UnB — 2010) Julgue o item abaixo, a respeito do Poder Executivo.

Na eleição do presidente e do vice-presidente da República, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, deve ser feita nova eleição, concorrendo os dois candidatos mais votados. Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer a morte de candidato, deverão ser convocadas novas eleições.

19. (50º MP Minas Gerais — 2010) Quanto ao Poder Executivo da União, é CORRETO afirmar que:

- a) é exercido pelo Presidente da República e pelos Ministros de Estado.
- b) é exercido pelo Presidente da República e pelos congressistas escolhidos por aquele.
- c) é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado.
- d) é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelo Congresso Nacional.